



PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA COVID-19

Instituição Parceira de Educação
Complementar- Centro de Educação Popular
CEDEP

GEAN MARQUES LOUREIRO

Prefeito Municipal

MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA

Secretário de Educação

GABRIELA MATILDE DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Educação

RÚBIA ENEIDA HOLZ

Superintendente do Bairro Educador

DIONE RAIZER

EDUARDO SAVARIS GUTIERRES

FABRÍCIA LUIZ SOUZA

JEAN RIBEIRO FERNANDES

RAQUEL VALDUGA SCHÖNINGER

Diretores SME/PMF

**Plano de contingência aplicável a
Instituição Centro de Educação e Evangelização Popular - CEDEP**

Maria Argentina Bastos Schlemper
Presidente(a)

Representantes da Instituição Centro de Educação Popular - CEDEP:

PRESIDENTE(a): Maria Argentina Bastos Schemper

ADMINISTRATIVO: Maria Marlene da Silva

EDUCADORES: Ana Beatriz Sodré

ALIMENTAÇÃO: Maria Aparecida Moraes dos Santos

APOIO: Rangel Souza Viana

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA	9
3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO	9
4. OBJETIVOS	9
4.1. Objetivo Geral	9
4.2. Objetivos Específicos	10
5. CENÁRIOS DE RISCO	11
5.1. Ameaça(s)	11
5.2. Caracterização do Território	13
5.3. Vulnerabilidades	14
5.4. Capacidades instaladas/ a instalar	15
6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO	16
7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA	19
7.1. Dinâmicas e Ações Operacionais	19
7.2. Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional/Comitês Escolares)	27
7.3. Sistema Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme)	28
7.3.1. Dispositivos Principais	28
7.3.2. Monitoramento e avaliação	29

A Instituição estará atenta, por parte de seus funcionários e educadores, na identificação de alunos, professores e colaboradores que apresentem sintomas respiratórios (tosse e/ou espirros e/ou coriza e/ou dor de garganta). Quando for identificada uma pessoa com dois desses sintomas ou temperatura elevada no rastreamento, a pessoa e os seus contatos próximos (pessoas que tiveram contato físico ou trocaram objetos sem desinfecção prévia) nos últimos dias antes do início dos sintomas devem ser imediatamente afastadas e orientadas a procurar serviços de saúde ou Alô Saúde.

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos coronavírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- 1) ser uma nova doença que afeta a população;
- 2) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- 3) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas a tomar, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE nº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565

que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das atividades. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos.

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
- c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d) a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e) a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de

distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

O Centro de Educação Popular - CEDEP, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante a comunidade educativa (crianças, adolescentes, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do PLACON-EDU do Centro de Educação Popular - CEDEP obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

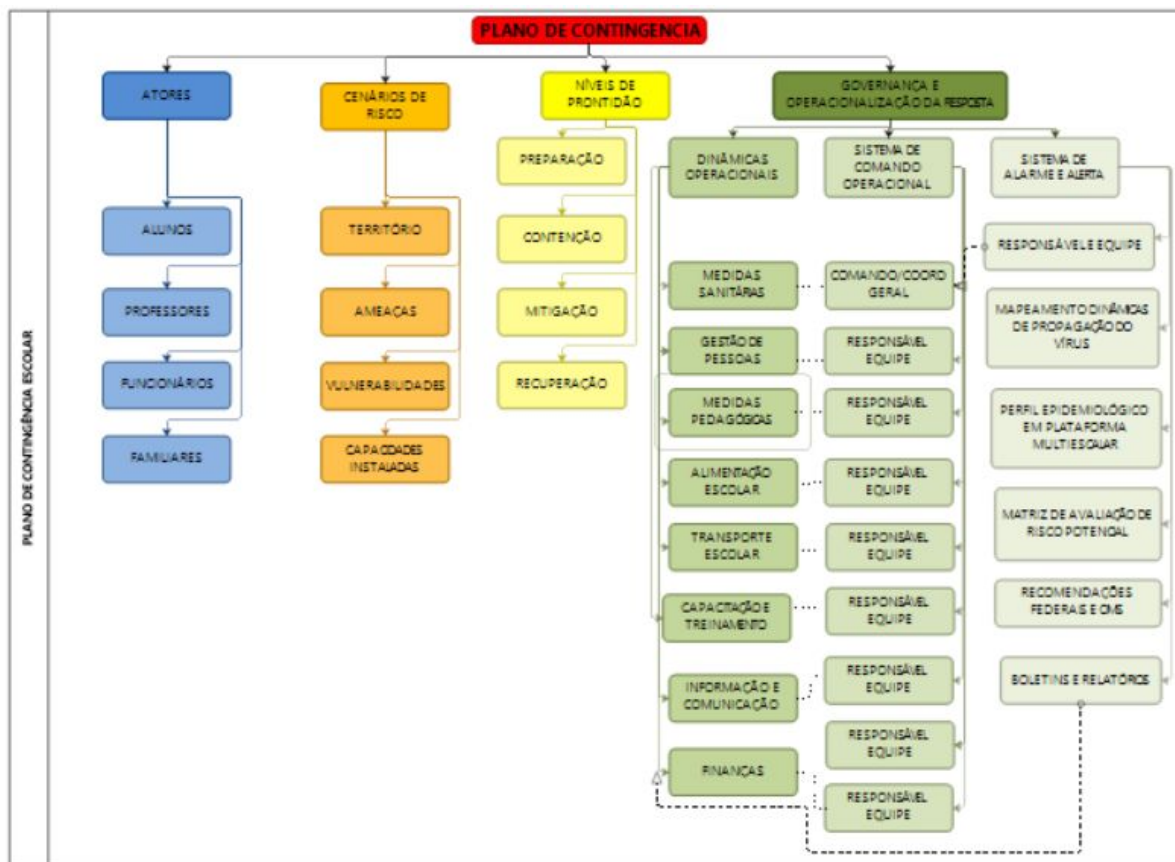


Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.

3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: crianças, adolescentes, educadores/as, funcionárias/os e familiares destes do Centro de Educação Popular - CEDEP.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Fortalecer os processos de governança da instituição, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem

as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade educativa.

4.2. Objetivos Específicos

- Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas na instituição);

- Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade educativa e cumprindo todas as recomendações oficiais;

- Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;

- Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;

- Garantir uma eficiente comunicação interna (com crianças, adolescentes, educadoras/es e funcionárias/os) e externa (com pais e/ou outros familiares das crianças, adolescentes, fornecedores e população em geral);

- Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

- Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade da instituição;

- Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

- Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio da instituição e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;

- Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento;

- Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a

segurança da comunidade educativa nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5. CENÁRIOS DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

5.1. Ameaça(s)

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente, a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório¹, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

Gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal, etc, projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato:

*De contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.

*De objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários

¹ Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).

mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico.

Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vezes mortais - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;

b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados. Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psico-sociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);

b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;

c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;

d) seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;

e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;

f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.2. Caracterização do Território

No caso concreto do Centro de Educação Popular - CEDEP, foi julgada como ajustada a descrição de território que segue:

O Centro de Educação Popular - CEDEP, localizado na Rua Frei Fabiano de Cristo, s/n, Monte Cristo, atende atualmente 330 crianças, adolescentes, jovens e famílias, além de aproximadamente 130 jovens e adultos no EJA/CEJA .

- Os reflexos da situação de pobreza e marginalização social sobre a vulnerável categoria de crianças e adolescentes são bastante conhecidos. Esta situação atinge o público-alvo do projeto, conforme pode ser confirmado pelos dados do último Censo Demográfico, no qual o bairro Monte Cristo consta dentro do grupo de menor renda, sendo neste o de maior contingente populacional. Por outro lado, são também já conhecidos os efeitos positivos produzidos pelos investimentos sociais sobre essa população, destacando-se a diminuição dos índices de violência, morte e privações diversas que têm tragicamente privilegiado a população jovem. Neste contexto, o CEDEP vem cumprindo um papel fundamental na cobertura de um espaço de carências a descoberto, reunindo esforços das mais diversas áreas no Bairro Monte Cristo. Vem proporcionando tranqüilidade aos pais em relação à segurança de seus filhos; como também no desenvolvimento da educação integral das crianças e adolescentes. A continuidade de uma experiência bem-sucedida como a já demonstrada pelo CEDEP só será possível com a continuidade do

aporte de recursos que visam garantir o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, que garantem o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

- Atende no período matutino e vespertino, entre 8h e 17hrs, crianças e adolescentes de 06 aos 17 anos em situação de vulnerabilidade social e na perspectiva de educação complementar e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- E no período noturno com Educação de Jovens e Adultos, alunos a partir de 15 anos (EJA/SME) e a partir de 18 anos (CEJA/SEDE), entre 18hrs e 22hrs.
- Número de profissionais: 01 coordenadora geral, 01 coordenadora pedagógica, 01 coordenador de projetos, 01 psicólogo, 01 assistente social, 01 cozinheira, 02 auxiliares de cozinha, 03 auxiliares de limpeza, 01 coordenador financeiro, 01 assistente financeiro, 01 recursos humanos, 02 auxiliares administrativos e 16 educadores sociais. E no atendimento da Educação de Jovens e Adultos um coordenador pedagógico e 14 educadores (10 da EJA e 4 do CEJA).

5.3. Vulnerabilidades

O Centro de Educação Popular - CEDEP toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

a) facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;

b) falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;

c) insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;

d) atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;

e) condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas, etc.;

f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);

g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;

h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;

i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;

j) falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;

k) crianças e adolescentes sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;

l) horário único de acesso às atividades e intervalos (recreios), causando possível aglomeração na entrada e saída das pessoas;

m) número insuficiente de funcionários para auxiliar na fiscalização das normas de convivência exigidas;

n) fragilidade no acesso às tecnologias da educação por meio das famílias, devido a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica;

o) demora na realização dos testes de Covid-19 e na saída de resultados dos mesmos;

5.4. Capacidades instaladas/ a instalar

O Centro de Educação Popular – CEDEP considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades instaladas

a) possui uma infraestrutura adequada a realização do Plancon.

- b) possui parceria com o posto de saúde local.**
- c) utilização do espaço e da infraestrutura dos ambientes educativos;**
- d) possui equipe bem estruturada e preparada para seguir as orientações de distanciamento e medidas de prevenção ao coronavírus;**
- e) Existe uma pia externa instalada (Engenheiros Sem Fronteiras) na frente do portão principal da organização que facilita o acesso de forma higienizada para educandos e comunidade.**
- f) A organização possui 10 salas de atendimento para grupos, além de um auditório, ginásio de esportes, quadra de areia, pista de skate, refeitório e um pátio interno com mais de 200m². Ainda possui 4 salas de atendimento individual, seis banheiros, sendo dois deles para atendimento de pessoas com deficiência e uma área externa com espaço privilegiado.**
- g) A organização já segue protocolo de entrada de pessoas somente com máscaras, aferição de temperatura e álcool 70% higienizando as mãos.**

Capacidades a instalar

- a) As formações estão sendo realizadas do dia 2 ao 19 de fevereiro para educadores, equipe de limpeza/cozinha e administrativo.**
- b) Reuniões semanais com uma hora de duração, previstas a acontecerem às quartas-feiras como estratégia de manutenção, avaliação e ajustes dos processos relacionados ao Plano de Contingências e acompanhamento das situações emergenciais relacionadas ao COVID19.**
- c) Além dos encontros semanais estão agendadas paradas pedagógicas mensais que visam a continuidade do processo formativo quanto as possíveis mudanças relacionadas aos protocolos internos de cuidado e higienização.**
- d) Estabelecer fluxos de encaminhamento de pessoas com sintomas à rede de atenção pública ou privada;**
- e) Estabelecer protocolos internos de testagem e rastreamento e afastamento de contatos de casos confirmados;**
- f) Desenvolvimento do plano de comunicação integrado;**
- g) Disseminação e divulgação do plano de contingência para toda a comunidade educativa;**

6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

FASES	SUBFASES	CARACTERÍSTICAS	Plancon estadual
PREPARAÇÃO		Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora	
RESPOSTA	Contenção (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	<p>Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada).</p> <p>Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.</p>	<p>Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados) e</p> <p>Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)</p>

	<p>Mitigação</p> <p>(podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)</p>	<p>A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.</p> <p>Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes, etc.</p> <p>Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.</p>	<p>Emergência de Saúde Pública</p>
<p>RECUPERAÇÃO</p>		<p>Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.</p>	

Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como aquela com que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança da instituição, adequando-a ao momento muito particular que vivemos. Neste plano, consideramos em conjunto e de forma relacionada, três domínios essenciais:

7.1) os principais domínios em que se devem situar as Dinâmicas e Ações Operacionais a definir;

7.2) a Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

7.3) Sistema de Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme) que permite identificar que conjunto de medidas e/ou ajustes que se torna necessário implementar.

7.1. Dinâmicas e Ações Operacionais

As dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas estão organizadas segundo o esquema do Quadro 2.

Na definição das dinâmicas e ações tomamos como referência a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito; W4) quando será feito; W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros síntese que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, sendo que as diretrizes com mais detalhes estão disponíveis nos links de acesso.

Porquê (domínios): MEDIDAS SANITÁRIAS (promover a saúde e prevenir a transmissão do vírus) Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/13Jpl3blnU3Do59SkO8xIQLI2LUcc5rJ8/view?usp=sharing>

Nesta tabela a instituição precisa preencher como irá realizar cada item das medidas sanitárias. Pensar como a instituição irá se organizar e preencher com as ações conforme as suas especificidades.

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
--------------	------	--------	------	------	--------

Higiene das mãos de todos os membros da comunidade educativa.	Entrada da instituição, antes da alimentação, e saída de oficina e da Instituição	Permanente	Rangel e Berenice	Sinalização e avisos escritos e educador de território acompanhando.	Necessários 27 borrifadores com custo unitário de R\$ 12,50 e total de R\$ 337,50 e 14 frascos de álcool com custo unitário de R\$ 5,61 e total de R\$ 78,62
Demarcação de espaços evitando aglomerações	Toda o terreno da organização e também dentro dos espaços de atendimento	Permanente	Rangel	Sinalização e avisos escritos	Necessário 150 metros de fita amarela para demarcação do chão (R\$ 75,00) e 1000m de fita zebra (R\$ 74,00).
Medição de temperatura de toda comunidade educativa	Entrada	Diariamente	Rangel/Berenice e Déborah	Controle de acesso	Necessário 3 aparelhos de medição de temperatura ao custo de R\$ 209,00 cada, totalizando R\$ 627,00.
Isolamento de casos suspeitos	Sala de mediação	Até chegada do responsável pelas crianças e adolescentes	Rangel/Déborah	Detecção precoce de casos suspeitos, com sintomas como temperatura elevada	Não será necessário recurso financeiro.
Limpeza dos espaços	Todos os espaços	Diariamente	Equipe de limpeza	Limpeza dos pisos e todas as superfícies, as 11hrs, 16hrs e 21hrs.	Será necessária contratação de uma pessoa para o período noturno (EJA)
Higienização de todos os espaços após os atendimentos	Todos os espaços	Sempre após os atendimentos de grupo.	Todos educadores	Distribuindo kit de higienização (escudo facial, álcool, máscaras, avental, flanelas e borrifadores)	Cada kit ao custo de R\$ 80,00.

				para todos os educadores	
Ampliação do espaço do refeitório para garantir isolamento social	Utilização do pátio interno	No horário das refeições	Rangel, Déborah e Berenice	Com utilização de mesas e cadeiras plásticas.	Não haverá necessidade de recurso financeiro.
Educadores irão servir os pratos					
Desenvolvimento de um espelho de classe					

Quadro 2: Esquema de organização DAOP Medidas Sanitárias

Porquê (domínios): QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/1n97iksLAGrEv2uJnPzCtVI02UNLZH2s/view?usp=sharing>

Nesta tabela a instituição precisa preencher como irá se organizar referente as questões pedagógicas. Pensar como irá se organizar e preencher com as ações conforme as suas especificidades.

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Quadro de horários alternados por grupos	Entrada, saída, salas de atividades, refeitório	Permanente	Maria Marlene, Ana Beatriz Sodré, Cayo Pedroso	Definição de cronograma com horários diferentes para entrada e saída, para refeições e intervalos.	Necessidade de adaptação do quadro de horários.
					Necessário dividir os grupos, elencar os públicos prioritário e planejar a

Divisão dos grupos em dois subgrupos.	Grupos A e B	Permanente	Assistente Social, Psicólogo e Educadores Regentes	Definição de dias fixos para cada subgrupos.	comunicação com as famílias.
Formação referente ao Plano de Contingência e sua implementação	Ambiente educativo	Antes do retorno das atividades presenciais	Ana Beatriz Sodré	Preparação de curso por educadoras/es .	Não há necessidade
Orientação das crianças e adolescentes quanto às medidas preventivas	Salas de atividades	Periodicamente	Educadores Sociais	Elaboração de material informativo (manual de orientações) para famílias	Necessário impressão de informativos totalizando R\$ 300,00.
Atendimento a grupos específicos em grade especial	Salas de aula extra	Diariamente	Educadores Sociais	Elaboração de grade especial para atendimento de educandos com distorção ano-série.	Não haverá necessidade de recurso financeiro.
Utilização do Caderno de Registro Diário das Atividades	Apoio Pedagógico	Diariamente	Educadores Pedagogos	Utilizando os cadernos como forma de registro das atividades remotas e comunicação com as famílias.	Aquisição de 300 cadernos (está inserido no valor dos kits pedagógicos)
Ampliação do atendimento em apoio pedagógico	Na grade de horários	Diariamente	Educadores pedagogos	A partir de atendimento diário articulado com as atividades oferecidas pela escola. E garantindo atendimento em apoio pedagógico para os adolescentes também.	Não haverá necessidade de recurso financeiro.
Atendimento em oficinas optativas	Instituição	Diariamente	Oficineiros	Oferta de oficinas optativas envolvendo artes, esportes e tecnologia.	Não haverá necessidade de recurso financeiro.

Quadro 3: Esquema de organização DAOP Questões Pedagógicas

Porquê (domínios): ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Diretrizes: Link de Acesso:

https://drive.google.com/file/d/1KETWKjDA630i_rrQ5GNENoilK4kSd1Gt/view?usp=sharing

Nesta tabela a instituição precisa preencher como irá se organizar com relação a alimentação escolar. Pensar as ações necessárias e preencher conforme as suas especificidades.

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Atualização do Manual de Boas Práticas de Manipulação e os Procedimentos Operacionais Padrão	Instituição	Antes da retomada às atividades	Cozinheira/ nutricionista	Reunir equipe responsável pela produção e manipulação de alimentos Adequar as normas e procedimentos considerando recomendações COVID 19	Não há necessidade de recursos financeiros (contato com a Nutricionista do SEPAT)
Capacitação da equipe que realiza os procedimentos alimentares quanto às novas normas de elaboração, acondicionamento, preparo, modo de servir, recolhimento e limpeza de utensílios, entre outros.	Instituição	Antes da retomada das atividades durante o retorno	Coord. Geral e Pedagógica	Reunir a equipe responsável pela produção de alimentos para o treinamento Definir dia, horário, forma (presencial ou virtual), materiais, etc. Dirimir dúvidas	Verificar se há necessidade de recursos financeiros
Testagem do método e monitorar o processo estabelecido	Instituição	Antes da retomada e durante o retorno	Coordenação Geral	Estabelecer forma de monitoramento diário	Verificar se há necessidade de recursos financeiros

Encontro semanal de uma hora para ajustes com as equipes.	Instituição	Semanalmente	Coord. Geral	Encontros para atualização das informações sobre a transmissão do COVID19 e cuidados de higienização	Não há necessidades de recursos financeiros
---	-------------	--------------	--------------	--	---

Quadro 4: Esquema de organização DAOP Alimentação Escolar

Porquê (domínios): GESTÃO DE PESSOAS

Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/13fykW7jWvt7CYvppxmCHIWM15D3Q61eF/view?usp=sharing>

Nesta tabela a instituição precisa preencher como irá se organizar com relação a gestão de pessoas. Elencar quais as ações necessárias e preencher conforme a sua realidade.

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Mapeamento de Grupos de Risco	Instituição	Antes da retomada das atividades presenciais e durante	Coordenação Geral	Orientar quanto a apresentação de documentos comprobatórios Realizar um levantamento da quantidade de crianças e adolescentes e profissionais que se enquadram no grupo de risco	Verificar se haverá necessidade de substituição de educadores em casos de afastamento/ isolamento.
Treinamento quanto ao Plano de Contingência e os protocolos sanitários e de higienização.	Instituição	Antes da retomada das atividades	Coord. Pedagógica	Orientações e construção dos protocolos de rotina em grupo.	Não haverá investimento financeiro específico.
				Planejar em conjunto com a coordenação pedagógica e educadoras/es	

Organização do trabalho presencial e trabalho remoto	Instituição	Antes da retomada das atividades presenciais	Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica e de Projetos	procedimentos para atividades presenciais com materiais de uso comum possíveis de higienização Materiais de uso individual como caderno, lápis e atividades impressas.	Kits de Material Pedagógico ao custo total de R\$ 5000,00.
Acolhimento e Apoio Psicossocial	Instituição	Ao recomençar as atividades presenciais e durante o retorno	Psicólogo e Assistente Social	Preparar um ambiente acolhedor para recepção da comunidade educativa Prestar apoio psicossocial tanto as crianças, adolescentes e funcionários.	Não haverá necessidade de recursos financeiros e o montante

Quadro 6: Esquema de organização DAOP Gestão de Pessoas

Porquê (domínios): TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Diretrizes: Link de Acesso:

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Capacitação e formação das equipes da organização	Secretaria de Educação, Instituição	Assim que divulgado Plano de contingência	CTC/DCSC	Plataformas digitais (Web conference/webinar, live)	Não haverá demanda de recursos necessários
Video tutorial para os responsáveis pela apresentação dos assuntos.	Instituição	Assim que divulgado Plano de contingência	Depto de comunicação	Plataformas digitais (Web conference/webinar, live, Podcasts)	Verificar quantitativo de recursos necessários

Treinamento para as equipes educativas sobre a aplicação das diferentes diretrizes e protocolos	Instituição	Assim que divulgado Plano de contingência	Coord. Geral e Pedagógica	Plataformas digitais (Web conference/webinar, live, Podcasts)	Verificar quantitativo de recursos necessários
---	-------------	---	---------------------------	---	--

Quadro 7: Esquema de organização DAOP Treinamento e Capacitação

Porquê (domínios): INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Diretrizes: Link de Acesso:

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Organizar um plano de comunicação para orientar a comunidade educativa sobre os procedimentos alimentares, de transporte, de medidas sanitárias, questões pedagógicas, de gestão de pessoas, de treinamento e capacitação, de finanças.	Secretaria de Educação, Instituições em parceria com Saúde, Assistência, Proteção e Defesa Civil, entre outras	Antes da retomada das atividades presenciais , durante o retorno até a normalidade	Setor de Comunicação Coordenação geral, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Projetos	Articular parcerias interinstitucionais Utilizar diferentes meios de comunicação (mídias sociais, grupos de whatsapp, encontros virtuais, etc) Estabelecer o tipo de comunicação a ser feita: aviso, alerta, news letter, etc.	Não haverá necessidade de recursos financeiros e o montante
Estabelecer o processo de comunicação entre a organização, a comunidade educativa, a comunidade externa e	A organização em parceria com Secretaria de Educação, Instituição,	Antes da retomada das atividades presenciais , durante o período até o	Setor de Comunicação , Pedagógica e	Definir um fluxograma de informações	Não há necessidade de recursos

informações verdadeiras e importantes sobre o combate a disseminação do COVID19	Coordenadori a Regional	retorno definitivo	Coordenação de Projetos	Estabelecer uma rede local de atendimento social. Escolas, projetos, UBS, CRAS e associações de moradores.	financeiros demandados
---	-------------------------	--------------------	-------------------------	--	------------------------

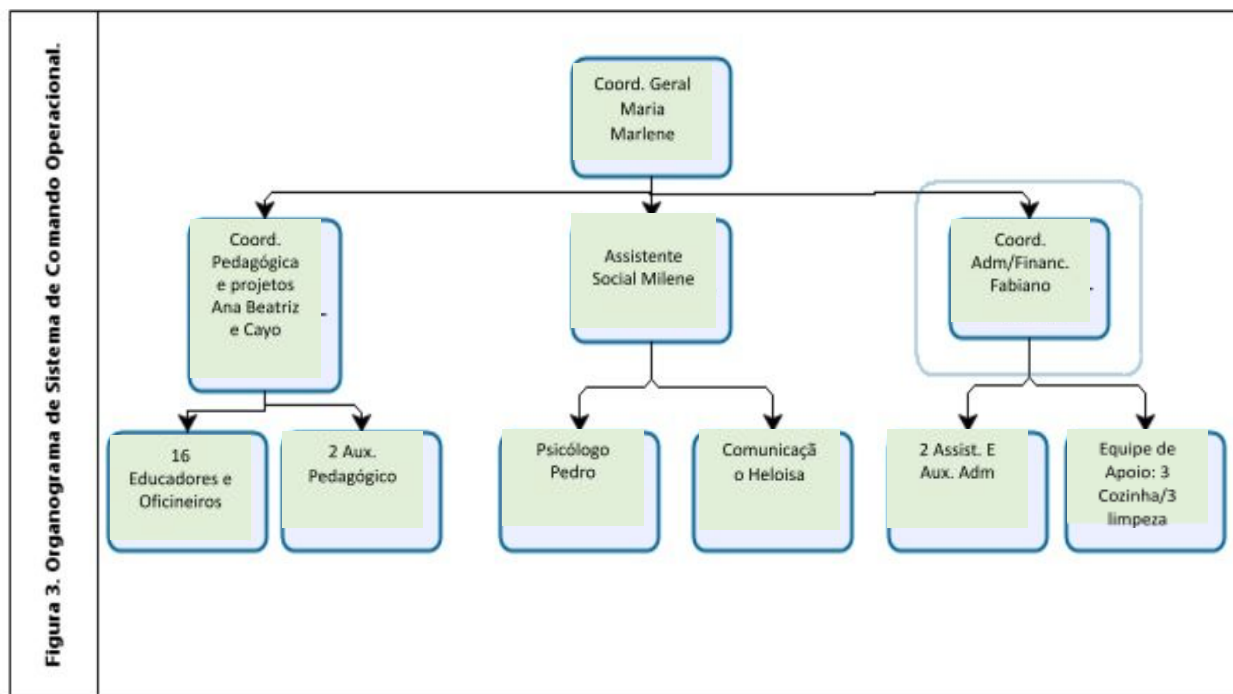
Quadro 8:Esquema de organização DAOP Informação e Comunicação

Porquê (domínios): FINANÇAS

No caso das instituições que possuem parceria com a Secretaria Municipal de Educação a aquisição dos materiais pode ser realizada adquiridos com os recursos da parceria, conforme o que foi autorizado pelo setor de prestação de contas para o cumprimento das medidas sanitárias contidas no documento “PROTOCOLO DE RETORNO DE VOLTA ÀS AULAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS”.

7.2. Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional/Comitês Escolares)

O Centro de Educação Popular adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.



Cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada e identificada com telefone, e-mail, WhatsApp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

7.3. Sistema Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme)

7.3.1. Dispositivos Principais

Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:

- a) indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
- b) sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos;
- c) informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (crianças, adolescentes, pais/responsáveis, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);

d) simulados de algumas ações (e protocolos);

e) relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

Nome	Função	Contato	Dispositivo
Maria Marlene	Coordenação Geral dos processos.	48984477495	Presencial
Pedro	Ler diariamente toda a informação disponível, em especial, instruções de órgãos superiores e informações com potencial impacto na escola	48998355372	Covidômetro
Cayo	Orientação dos processos relacionados ao atendimento oferecido à comunidade	48988280193	Redes sociais e presencial
Ana Beatriz	Formação continuada para educadores de acordo com os protocolos e o plano de ação e contingência.	48996621833	Presencial
Milene	Acompanhamento dos casos confirmados e acompanhamento social	998079619	Presencial e remoto
Heloísa	Disseminação do plano de Contingência em redes sociais e cartilhas de comunicação com as famílias	996278617	Redes sociais, site e envio de material para casa.

7.3.2. Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários das atividades da instituição, da maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedido como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade a ser definida, serão realizadas em relatórios como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

O presente PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19 é uma adaptação do Modelo de Plano de Contingência que foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. A presente adaptação foi elaborada para as instituições parceiras da educação do Município de Florianópolis de acordo com o modelo fornecido pelo Estado.